

## As forças armadas e a política

René Armand Dreifuss  
Otávio Soares Dulci

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

DREIFUSS, RA., and DULCI, OS. As forças armadas e a política. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. *Sociedade e política no Brasil pós-64* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 132-181. ISBN: 978-85-99662-63-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## As forças armadas e a política

René Armand Dreifuss<sup>1</sup>  
Otávio Soares Dulci<sup>2</sup>

Durante certo tempo, sobretudo na primeira metade dos anos 70, observadores e analistas políticos se concentraram no exame da instituição militar e do papel político por ela desempenhado no regime instaurado em 1964. A centralidade dos militares tornava-os objeto prioritário de atenção, muito embora a literatura sociológica e política não oferecessem aos interessados materiais abundantes sobre o tema. A própria carência de estudos, por sinal, estimulava o interesse. Prova disso foi dada pela repercussão de trabalhos como a análise sistêmica de Alfred Stepan, o estudo organizacional de Edmundo Campos e a exposição estrutural de Eliezer Rizzo<sup>3</sup>.

Ao longo da década, à medida que evoluía a estratégia de distensão adotada pelo governo Geisel, novos temas sobressaíram nas ciências sociais brasileiras. Assim, a relação Estado/Sociedade Civil, a questão da democracia, os movimentos sociais, o novo sindicalismo

---

1 Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

2 Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

3 Alfred C. Stepan, *The Military in Politics: Changing Pattern in Brasil*, Princeton, 1971; Edmundo Campos Coelho, *Em busca da Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, 1976, Eliezer Rizzo de Oliveira, *As Forças Armada: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*, Petrópolis, 1976.

e os partidos políticos ganharam relevo como objetos de estudo. Maior atenção passou a ser dada a outros atores políticos, como os trabalhadores urbanos e rurais, os empresários, os tecnoburocratas e a Igreja, ao passo que diminuía a visibilidade dos militares. Agora, em seguida à realização das eleições de novembro de 1982, amplia-se a interrogação acerca da postura das Forças Armadas, diante do processo político, assim como sobre certos aspectos da instituição militar que podem ser fatores importantes para a análise da evolução política e para o planejamento da ação política. A relevância dessas questões é sublinhada pelo quadro de instabilidade do continente, em função dos conflitos fronteiriços (Guatemala-Belize, Chile-Argentina, Chile-Bolívia, Chile-Peru, Equador-Peru, Venezuela-Guiana, Venezuela-Colômbia e o recente confronto entre a Argentina e a Grã-Bretanha em torno das Ilhas Malvinas), ao lado da crescente tensão política em países como a Colômbia e a Venezuela, do virtual estado de guerra civil/social em El Salvador, Guatemala e Honduras e da exaustão política e administrativa de regimes militares como os do Uruguai e da Argentina.

Contudo, a renovação do interesse pelo estudo dos militares deve levar em conta mudanças profundas no perfil institucional, organizacional e ideológico das Forças Armadas brasileiras. Estas têm sido redefinidas em grande medida nos últimos dezoito anos e notadamente, em termos políticos e de capacidade militar, desde meados dos anos 70. Nessa medida, presente trabalho busca contribuir para restaurar a instituição militar como tema de análise,

focalizando seu papel político. E o faz segundo uma perspectiva diversa da que se adotava há dez anos, de modo a incorporar as mudanças estruturais que tiveram lugar durante o período.

Pretende-se a mi discutir a expansão de papéis das Forças Armadas, bem como a recepção (incompleta) de funções antes desempenhadas por civis, examinando-se alguns dos seus efeitos sobre o estabelecimento militar e o sistema político. O artigo também procura indicar modificações correntes de orientação, desdobramentos políticos e tendências possíveis, desde que papéis altamente complexos e pluralísticos devam se articular com funções polarizantes e autoritárias.

As transformações no sistema militar têm sido influenciadas por uma interpretação particular do que se considera como "estado relativo de segurança nacional", encaixam-se num corpo normativo e doutrinário abrangente e são condicionadas por um entendimento específico, por parte do núcleo do oficialato, do que seja desenvolvimento, sob que condições e através de que meios deve ser atingido. Além disso, tais mudanças têm sido reforçadas por percepções cambiantes a respeito dos obstáculos que se interpõem às intenções explícitas e aos objetivos implícitos das Forças Armadas — na qualidade de intérpretes da vontade nacional e de como esses obstáculos afetam a segurança nacional, o desenvolvimento sócio-econômico, a modernização militar, a projeção nacional, a qualidade da liderança política e considerações geoestratégicas, interna e externamente. Essas transformações são moldadas por (e expressam)

processos específicos dentro das Forças Armadas, de tipo organizacional, político e ideológico. Relacionam-se também com a natureza da oposição encontrada concretamente em diferentes segmentos da sociedade, com o caráter das alianças e alinhamentos estabelecidos através dos anos com setores civis privilegiados, com o potencial da nação e com o efetivo crescimento e a projeção do Brasil.

Sugerimos um esquema de análise que visa a situar e a caracterizar as referidas mudanças em três fases: antes de 1964, de 1964 até o início da abertura e, finalmente, o período atual. O pano de fundo, que interliga os diferentes momentos, as dimensões da instituição militar e sua interação com outros segmentos sociais, é dado pelo processo mais geral de modernização das Forças Armadas, sua diferenciação funcional e sua burocratização política, acompanhando e reagindo à crescente complexidade sócio-política do país.

O argumento principal do artigo é o de que, após 1964, as Forças Armadas se tornaram um ator político reformulado, desdobrando-se (tensionando-se) para desempenhar uma multiplicidade de papéis políticos e ao mesmo tempo pressionado por um conjunto de reivindicações e interesses frequentemente contraditórios. Essas situações denominam de síndrome de tensão-pressão. Caracteriza-se, por um lado, pela necessidade disfuncional de se esforçar consideravelmente e se desdobrar para atender a várias tarefas político-administrativas, satisfazendo simultaneamente

diferentes setores da elite, mas revelando-se incapaz de contornar as reações dos grupos insatisfeitos e principalmente de atender a carências dramáticas dos atores populares. Por outro lado, pelo imperativo de lidar com diferentes pressões, vindas de dentro da própria instituição, interligadas aos focos potenciais de divergência — e de crise — no sistema. A síndrome de tensão-pressão se acumulava especialmente nos altos escalões da hierarquia, responsáveis pelos rumos da instituição. Manifestava-se nas Forças Armadas tanto quanto nas estruturas em que atuava — o governo, a comunidade de informações — e também no seu ponto de junção (por exemplo, Forças Armadas/governo) por efeito de interação.

Cabe aqui um esclarecimento importante. Embora, em virtude do escopo do trabalho, o tratamento que damos às Forças Armadas possa sugerir uma dimensão unívoca, homogênea, uma abordagem mais profunda do tema deve certamente contemplar as diferenças entre as três Armas (históricas, organizacionais, de base de recrutamento," de expressão e peso político, de áreas de atuação e outras) assim como as diferenças e os dissensos político-ideológicos, horizontais e verticais, em cada uma delas.

#### **As Forças Armadas antes de 1964**

Começamos pela ideia de que ocorreu uma transformação paulatina no papel político das Forças Armadas anteriormente a 1964. Trata-se de assunto de certo modo coberto pelos estudos do período. Interessa-nos aqui ressaltar duas dimensões: a reformulação

político-ideológica e a reformulação institucional/organizacional das Forças Armadas.

Em termos da reformulação ideológica e do papel político dos militares, ocorreu, em primeiro lugar, uma legitimação de seu intervencionismo no sistema político. Essa legitimação se fundamentava na doutrina de Segurança Nacional elaborada na Escola Superior de Guerra, mas cujas origens remontam ao Estado Novo. Por outro lado, o intervencionismo militar foi alimentado pela ação das correntes contrárias ao regime populista, notadamente a União Democrática Nacional — UDN, que tendiam a recorrer à intervenção militar como forma de corrigir o que consideravam como desvios do meio político e dos resultados eleitorais<sup>4</sup>. Reconhecia-se nas Forças Armadas o famoso "poder moderador", estudado por Fernando Pedreira,<sup>5</sup> de resto implicitamente sancionado no texto constitucional, como assinala Stepan, ao determinar sua subordinação

---

4 Um tema importante da crítica ao regime populista referia-se à atenção que ele dava à classe operária em detrimento das classes médias. Essa crítica partia da visão de uma hierarquia social "natural", na qual as camadas médias ocupariam lugar intermediário, estabilizador. Tal noção, fortemente enraizada na UDN, foi assimilada na área militar como um contrapeso conservador ao que se percebia como subversão da ordem social por parte dos dirigentes do regime. Sobre a UDN e seu ethos, ver Otavio S. Dulci, "A União Democrática Nacional e o AntiPopulismo no Brasil", Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 1977; e Maria Victoria M. Benevides, *A UDN e o Lidenismo*, Rio de Janeiro, 1981.

5 Fernando Pedreira, *Março 31: Civis e Militares no Processo da Crise Brasileira*, Rio de Janeiro, cap 11, 1964.

à chefia do Estado "dentro dos limites da lei".<sup>6</sup> Essa cláusula restritiva, de aparência inócua, era suscetível de ser utilizada para questionar a "legalidade" dos governos constituídos, o que efetivamente aconteceu. O intervencionismo militar, em princípio fora de questão, seria legítimo quando a autoridade maior transpusesse, a juízo da instituição militar, os limites da legalidade.

Em segundo lugar, fixou-se a necessidade do desenvolvimento programático, a partir da mesma doutrina. A ênfase na programação do desenvolvimento correspondia a uma visão globalizante da sociedade e dos seus problemas. Essa visão orientava o esforço por adotar o planejamento estratégico, próprio da instituição militar, como padrão da atividade do Estado.

Elemento importante dessa visão globalizante era seu tom fortemente antipolítico, antagônico de fato ao que caracteriza a política: a existência de interesses particulares em conflito a serem conciliados no âmbito do Estado. Nesse particular, a perspectiva que prevalecia no meio militar era organicista;<sup>7</sup> o que se pretendia era dar unidade orgânica ao sistema, superando-se os diversos antagonismos tidos como fatores de divisão e, em última análise, de desagregação. A existência de partidos, por exemplo, era encarada com reservas, pelo seu caráter de "partes" em oposição mútua, perturbando a unidade social. Além disso, a percepção da Ineficácia e da

---

6 Alfred C. Stepan, op. dt, p. 75.

7 Mike Burgess e Daniel Wolf, "Brasil: o Conceito de Poder na Escola Superior de Guerra", Revista de Cultura Vozes, LXXIV (5), 1980.

inadequação do sistema partidário, um como das personalidades que nele atuavam, levava a questionar sua validade em face dos objetivos nacionais.

Sobre tais pressupostos, insistia-se na meta do fortalecimento do Estado, ligada ao problema da ordem. O reforço da autoridade pública, a centralização política e administrativa, a capacidade do Estado de controlar a vida social eram objetivos salientados pelos militares, sobretudo em face da mobilização sócio-política que cresceu desde o fim dos anos 50. As reservas em relação à política tinham como contrapartida a ênfase no econômico, por sua importância crucial para o desenvolvimento e portanto para a segurança nacional. O lema "Ordem e Progresso", caro aos positivistas que ajudaram a fundar a República, atualizavam-se na ideia de Segurança e Desenvolvimento. Ao Estado fortalecido caberia levá-la à prática.

A partir da constatação do divisionismo ideológico, inclusive no interior da corporação, procurava-se incrementar a homogeneidade ideológica entre setores sociais estratégicos. A sociedade civil, em sua pluralidade, continha aliados potenciais a serem articulados ao projeto em esboço na área militar. Desenvolve-se daí a percepção da legitimidade e da necessidade — da interação orgânica de militares e empresários, que conferiu a marca política da Escola Superior de Guerra.

Em suma, a função política desempenhada pelas Forças Armadas antes de 1964 foi a de restauração da ordem vigente em

momentos de crise. Em outras palavras, os militares representaram um fator de poder de tipo bonapartista, legitimado constitucionalmente.

Quanto à reformulação institucional, uma discussão que ganhou corpo no decorrer do período referia-se aos entraves à eficiência da corpo ração militar enquanto organização profissional. Vários aspectos devem ser aí ressaltados, todos eles fontes de crescente preocupação dentro das três Armas.

Um deles era o grau insuficiente de autonomia da instituição, que a sujeitava à "política civil". Isso se manifestava particularmente no tocante à manipulação das promoções dos oficiais mais graduados por parte de autoridades civis.<sup>8</sup> Oficiais eram prestigiados ou punidos de acordo com critérios político-ideológicos, à revelia da instituição. O clímax do problema emergiu, certamente, com o governo Goulart, mas a polêmica já era acentuada durante a administração Lott no Exército.

Paralelamente, discutiam-se as regras concernentes à carreira militar. A questão dos limites de idade para a permanência em postos ao longo da hierarquia, a questão do recrutamento de militares para cargos civis enquanto ainda na ativa eram temas mal definidos na

---

<sup>8</sup> Sobre isso, ver Maria Victoria M. Benevides, *O Governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*, Rio de Janeiro, cap. IV, 1976; Alexandre de S. C. Barros, "The Brazilian Military: Professional Socialization, Political Performance and State Building", Dissertação de Doutorado, Universidade de Chicago, 1978, p. 209; e René A. Dreifuss, 1964: *A Conquista do Estado*, Petrópolis, cap. IV, 1981.

legislação, que concorriam para diminuir a autonomia da instituição, prestando-se a interpretações particularistas, "políticas".

Preocupação de outra ordem surgia com a percepção de clivagens de tipo "classista" dentro da instituição. A articulação de grupos específicos — os coronéis, os sargentos — era tida como altamente negativa por ser fator de divisão interna, quebrando a estrutura hierárquica e, sobretudo, por engolfar a instituição militar nos conflitos sociais. As Forças Armadas seriam assim emparelhadas às demais instituições. A articulação do movimento dos sargentos, desde 1961, foi especialmente preocupante, porque tida como ameaça à segurança nacional.

De grande importância era a questão da capacidade instalada. Tema de discussão ampla era o fato de estarem as Forças Armadas subequipadas para desempenhar suas atividades. Esse debate englobava diversos tópicos percebidos pelos militares como relevantes:

1. A impossibilidade de atingir objetivos legítimos por carência de recursos; um objetivo fundamental como a ocupação do espaço nacional era prejudicado pela baixa capacidade instalada;
2. O material bélico e a dependência de suprimentos estrangeiros;
3. Os efetivos;
4. O nível de especialização e aperfeiçoamento do sistema de educação militar;
5. Os recursos alocados pelo Estado;
6. A perspectiva de erigir um complexo industrial-bélico e de estabelecer um complexo empresarial-militar.

Os elementos acima apontados, de reformulação político-ideológica e de 'reformulação institucional, confluem para modelar a percepção e a atitude das Forças Armadas após 1964. Eles vão determinar a nova postura, seja para evitar, contornar ou suprimir problemas, seja para reforçar algumas características.

### **Forças Armadas após 1964**

Examinando agora o processo subsequente ao movimento de 1964, podemos desdobrá-lo em etapas que marcaram os rumos da modernização das Forças Armadas e de sua ação no plano político.

Uma primeira etapa iria de 1964 ao Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968. Nela se observava um enfrentamento de tendências dentro da "área revolucionária". O foco principal de divergência era representado pelo caráter atribuído à "revolução". Seria ela uma intervenção transitória, cirúrgica, por assim dizer, do tipo "devolver e limitar" mencionado por Huntington,<sup>9</sup> para uns restauradora da ordem constitucional, para outros reformadora dessa ordem, mas destinada a refluir como processo? Ou essa intervenção seria o início de um processo revolucionário permanente, que não deveria ser enquadrado nos limites da legalidade convencional? O Ato Institucional nº 5, ao cabo do período, assinalou a vitória da

---

<sup>9</sup> Huntington propõe uma tipologia de atitudes que um Exército pode tornar após intervir em um golpe de veto, "em termos de se conservará o poder ou o devolverá aos civis, e de se aceitará ou resistirá à expansão da participação política". A opção "devolver e limitar", ilustrada pela experiência argentina de Aramburu.

segunda opção.

O bonapartismo constitucional das Forças Armadas brasileiras chegara ao fim com os eventos de abril de 1964. Com o AI-5, as Forças Armadas se tornaram o Poder Dirigente sobre a nação. Elas assumiram a promoção do Desenvolvimento pela garantia da Segurança, na forma definida pelos ideólogos da Escola Superior de Guerra e dentro das condições da lógica da coerção. Sua política voltava-se para a permanência do "poder revolucionário" de modo a fazer do país, por volta do fim do século, uma potência reconhecida mundialmente. Esse projeto nacional demandava "estabilidade política"; a democracia seria o produto final de uma evolução controlada de cima. Um conceito autoritário de poder foi então adotado como fundamento, como técnica e forma organizacional do regime, cristalizando-se no Ato Institucional nº5.

A passagem do papel bonapartista constitucional para o de Poder Dirigente representava menos uma mudança na natureza do que no âmbito de atribuições e na forma de implementação. Em ambos os casos as Forças Armadas constituíam um aparato do Estado, cujos valores circunscreviam-se ao universo das classes dominantes e cujas normas eram as de um bloco histórico capitalista. Contudo, no novo sistema a qualificação "dentro dos limites da lei", característica do período pré-1964 e que foi mantida na Constituição de 1967,<sup>10</sup> atribuía às Forças Armadas a faculdade efetiva de definir

---

<sup>10</sup> "As forças armadas, constituídas pela Marinha de Guerra, Exército e

limites e transgressões ou, mais exatamente, situava esta atribuição dentro dos parâmetros bastante amplos do AI-5, cuja implementação ficava a cargo dos dois centros de ação mais importantes após a queda de Perón em 1955, consiste na devolução do poder aos civis depois de um breve período de governo e de um expurgo no serviço público, ao passo que os militares continuam limitando a ascensão de novos grupos ao poder político. O autor adverte, porém, que "quase sempre reaparece a necessidade de intervir". Samuel P. Huntington, *El Orden Político en las Sociedades en Cambio*, Buenos Aires, 1972, pp. 210-211 das Forças Armadas, o sistema ou "comunidade" nacional de informações, englobando os vários serviços e agências de informações das forças singulares, e o Conselho de Segurança Nacional. Tal mudança elevou o nível de politização (em outras palavras, reduziu o nível de profissionalização e autonomia) e fez gradualmente com que os padrões de carreira e o acesso à hierarquia se tomassem um empreendimento altamente ideológico, afetando agudamente a estrutura profissional. As promoções tornaram-se intensamente políticas.

A passagem para Poder Dirigente tornou problemática a relação das Forças Armadas com a sociedade, particularmente com as elites dirigentes. As Forças Armadas, como força bonapartista

---

Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei." Constituição do Brasil, art. 92, 1967. O dispositivo foi mantido pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, que é a Carta em vigor.

constitucional, eram legitimadas pelas "elites", em nome da sociedade, para agir na defesa de uma ordem consensual particular. Dentro dessa convenção, diferentes setores, segmentos e grupos preconizavam modelos econômicos e políticos variados, mas nos marcos de um paradigma social que era compartilhado no fundamental. Como Poder Dirigente, ao invés, as Forças Armadas se assemelhavam perigosamente a uma guarda pretoriana, face ao social, manobrando para promover os interesses dominantes — enquanto estes se constituíam em interlocutores privilegiados — assegurando-lhes condições para a sua supremacia através da estratégia de desenvolvimento e segurança política adotada. Neste sentido, reforçavam-se o convívio e o consenso dos militares com setores privilegiados tanto pela sua inserção econômica quanto pelo próprio convívio de poder que os tornava parceiros seletivos das Forças Armadas. Paradoxal mas compreensivelmente, neste processo de interação excludente com setores empresariais da indústria e das finanças mais as burocracias civis (técnicos e administradores) houve um incremento do grau de autonomia institucional, fechando-se a corporação a pressões externas de grupos estabelecidos na sociedade ou de camadas distinguíveis e favorecendo-se o cupulismo político no interior da instituição. Consolidaram-se as ambições e desígnios próprios das Forças Armadas, enquanto a cúpula manobrava em nome da instituição. Por outro lado, requeria-se também das Forças Armadas, enquanto Poder Dirigente, que impedissem a transferência dos centros nacionais de decisão para o interior das estruturas



transnacionais de poder, embora a industrialização do país tivesse como carro-chefe as empresas multinacionais e associadas. Esse requisito implicava uma dissonância de papéis e funções e, por extensão, um rearranjo das relações externas, de Estado a Estado<sup>11</sup>.

As Forças Armadas se propunham, nesse contexto, a fortalecer o Estado, a neutralizar as tensões sociais, a suprimir o dissenso político e a alcançar um elevado crescimento econômico. Esses múltiplos objetivos envolviam um processo de expansão de papéis, quer dizer, o preenchimento de uma série de atividades padronizadas a partir de uma definição de tarefas a cumprir; envolviam também uma metodologia de ação, um roteiro que, embora não equiparasse propriamente as necessidades do Estado e os interesses da empresa privada, conduziu as Forças Armadas a uma situação em que a estratégia política foi subordinada a política de crescimento economicamente definidas, ou seja, em que interesses econômicos privados foram identificados com o Poder Econômico da nação, alcançando com isso influência considerável sobre os assuntos nacionais.<sup>12</sup>

---

11 Uma série de eventos marcou esse realinhamento: o acordo Kissinger-Silveira, a denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, a nova política para a África, A política atlântica, a posição política militar em face do Caribe e da América Central, a questão da energia nuclear, o ponto Amazônico, a decretação do mar territorial de 200 milhas, a projeção sul-americana do país.

12 Segundo a elaboração doutrinária da Escola Superior de Guerra, os fatores do Poder Econômico são: população economicamente ativa, qualificação da mão-de-obra, ciência e tecnologia, capacidade empresarial,

A hierarquia e o planejamento proporcionariam assim canais aceitos e legítimos de acesso aos interesses estruturados. Na linha desse argumento, o Executivo seria, em estilo e em critérios de tomada de decisão, marcadamente militar, embora não necessariamente em uniforme e certamente não militar no tocante à formulação de políticas.

Da perspectiva da congruência de valores e da relação entre o empresariado e as Forças Armadas, o binômio Segurança e Desenvolvimento só poderiam ser a segurança e o desenvolvimento dos componentes da relação, para que esta se mantivesse. Quase por definição, universos antagônicos só poderiam surgir entre os setores sociais subordinados, irracionalmente ou por ação manipulada, em oposição às intenções das elites de promover ordenadamente o progresso. Qualquer tentativa das massas de pôr cobra à sua condição e de melhorar sua posição na correlação de poder seria então percebida e caracterizada como subversão da ordem vigente. De tal situação só poderia derivar um processo de "crise permanente", a ser enfrentado somente por um poder revolucionário permanente.

---

aproveitamento de recursos naturais, características geo-econômicas, modelo econômico, possibilidade de investimento. As funções do Poder Econômico são definidas como sendo: administrativa, normativa, produtiva, distributiva (circulatória e repartitiva), Seus órgãos são organizações públicas (ministérios, conselhos, empresa pública) e organizações privadas (empresa privada, associações de classe). Os poderes que o compõem são o poder geoeconômico, o poder financeiro, o poder tecnológico, o poder agrícola, o poder de comércio e I:) poder industrial. Escola Superior de Guerra, Manual Básico 75, pp.143-162.

O regime militar prolongado serviria para suprimir o descontentamento é o dissenso na sociedade civil, por meio da repressão de organizações autônomas e de ações políticas e ideológicas dos setores populares. Não obstante, estas renasceram sob outras formas, como movimentos não institucionalizados, associações de bairros, comunidades de base, insatisfação e apatia populares generalizadas, alimentando até mesmo o descontentamento dentro das próprias Forças Armadas. A erosão da sociedade civil "legítima" através dos métodos do regime militar não se pode dissociar da reconstituição contínua de uma sociedade civil autônoma, transcendendo os limites da dominação de classe.

Na fase seguinte, que vai até o início do governo Geisel, consolida-se e reproduz-se o processo revolucionário permanente. Essa consolidação se liga ao controle da sociedade e da política pelas Forças Armadas (junto com seus aliados preferenciais no meio civil) e à supressão de dissensos militares pelo AI-5.

A terceira etapa, de 1974 à revogação do AI-5 (dezembro de 1978), abrange a reversão do processo revolucionário, enquanto expediente ou radicalismo inconseqüente, pelo desmantelamento de alguns de seus componentes e pelo reajustamento de outros. O resultado dessa reversão é o processo de abertura política, designado em seus primórdios por distensão ou descompressão, cujo impacto sobre as Forças Armadas será discutido na parte final deste trabalho.

Tendo em mente essa periodização, que chama a atenção para o caráter dinâmico, variável, da posição das Forças Armadas no

sistema político, vejamos os aspectos referentes às transformações ocorridas em seu comportamento político-ideológico e em sua estrutura institucional.

No plano político-ideológico, os quinze anos subseqüentes a 1964 constituíram um período de capacitação e incremento do potencial da instituição militar para tomar-se ator político relevante, isto é, força política autônoma capaz de impor seus interesses e necessidades institucionais aos demais atores políticos. Face à percepção crítica dos problemas existentes no sistema anterior, a instituição militar desenvolve ação efetiva no sentido de reformular-se e de reformular o sistema. Conta para isso com a posição de força obtida por seu papel no golpe civil-militar de 1964, que lhe conferiria em breve a direção do Estado.

Novos recursos são desenvolvidos e novos papéis são assumidos. Uma distinção fundamental tem a ver com o fato de que antes de 1964 os militares ocupavam posições civis<sup>13</sup> em parte por

---

13 De acordo com Johnson, havia aproximadamente 1 000 oficiais em cargos civis por volta de 1960. John J. Johnson, *Military and Society in Latin America*, Stanford, 1964, p. 211. Benevides apresenta uma relação de militares que ocupavam posições civis, quais postos ocupavam e as áreas em que as Forças Armadas se envolveram pela presença de seus membros em cargos administrativos. Maria Victoria M. Benevides, *O Governo Kubitschek*, op. cit., pp.147-148 e 187-188. Ainda vale a pena salientar que no início dos anos 60 havia aproximadamente 7000 oficiais na atividade privada e que na década de 80 ao redor de 15000 oficiais ocupam cargos na administração pública direta e indireta. (Cf. estimativa de Walder de Goes, na sua exposição no V encontro da ANPPCS, Nova Friburgo, outubro/1981).

concessão dos políticos civis (ou em virtude de um acordo entre eles). Após 1967, a situação se inverte: civis ocupam posições por concessão militar, com a notável exceção dos postos diretamente relacionados com a política econômica, embora mesmo estes fossem sujeitos à vigilância do sistema militar de informações. "A análise, portanto, não se deve limitar ao número de militares comparado com o de civis, mas às novas áreas em que eles se envolveram"<sup>14</sup>.

Funções antes preenchidas por civis foram acumuladas pelos militares, segundo um modelo de "recepção incompleta de papéis e funções". Assumidos circunstancialmente esses papéis e funções, sua atribuição a militares era rotinizada pela própria experiência adquirida por eles ao desempenhá-los; ela assim se institucionaliza e se toma manifestação estrutural do sistema. Tal recepção de papéis e funções certamente derivava da vontade dos militares, mas advinha sobretudo de necessidades que eles percebiam, face às suas críticas ao sistema anterior e à forma de ação e de comportamento dos políticos civis.

A expansão de papéis da instituição militar ligava-se a certas condições da época. Uma foi a ruptura da frente empresarial formada para lançar o movimento de abril, frente que teve no complexo IPES/IBAD seu verdadeiro estado-maior<sup>15</sup>. Outra, a ruptura sócio-

---

14 Alexandre de S. C. Barros, op. cit., p. 209.

15 Sobre o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e sua atuação, ver René A. Dreifuss, op. cit., caps. V a X.

política representada pelo "saneamento" da área política, pela marginalização dos líderes de porte nacional e pela fragmentação da estrutura partidária, resultando num vácuo político e administrativo preenchido por tecno-empresários e militares. Os políticos tomaram-se ancilares. As reformas introduzidas nos canais de elaboração de políticas e de tomada de decisões — preparadas sobretudo no governo Castelo Branco e para as quais o IPES proporcionou o referencial básico — excluía dos centros de poder os políticos tradicionais e, no mesmo passo, favoreciam a participação dos militares.

Sob tais condições, as Forças Armadas tornaram-se mais articuladas, diferenciadas e independentes da sociedade civil, reforçadas por sua socialização profissional específica e seus padrões de recrutamento, aos quais se acrescentavam fatores como um fluxo de realimentação ideológica dentro da instituição e laços familiares intermaritais.

Em termos concretos, a expansão de metas e o envolvimento das Forças Armadas resultou na atribuição a elas de quatro papéis-chave:

1. Governo (do "povo");
2. Administração (da nação e de seus recursos);
3. Partido (das elites); e
4. Guardiães da ordem.

Como instância do Estado, a instituição militar se apresentava também em sua dimensão burocrática — ou seja, como parte do

serviço público — e como organização de inteligência política. Ramificava-se, por outro lado, num complexo industrial-militar, ao passo que o papel de partido das elites se realizava no contexto da formação de um complexo empresarial-militar, através do qual figuras de destaque do meio militar eram incorporadas à atividade empresarial.

As funções anteriores se mantinham, sendo reformuladas e reforçadas: a função coercitiva, de "polícia da política", e a função ideológica, de doutrinação das elites, cujo alcance se procurou estender a outros setores sociais.

O exame minucioso desse novo quadro iria além dos objetivos do presente trabalho. Procuraremos, porém, destacar alguns de seus aspectos: a presença das Forças Armadas no governo e na administração, a dimensão organizacional após 1964, a formação do complexo industrial-militar e a questão da área de segurança e informações.

Uma vez no poder, as Forças Armadas se encontraram diante de um acúmulo de problemas econômicos, sociais e políticos. É certo que as grandes questões de ordem econômica foram enfrentadas por civis, oriundos dos grupos de estudo e doutrina do IPES ou diretamente articulados a este. Só mais tarde verificou-se o envolvimento de oficiais em assuntos tidos como civis, e mesmo assim de maneira seletiva.

De toda maneira, esperava-se a intervenção das Forças Armadas em problemas importantes, no plano social e político, que

afetavam de várias formas vastos segmentos da população. Tratar-se-ia de promover o que se designava por "redistribuição indireta" de benefícios sociais. Dessa forma, implementaram-se políticas destinadas à "melhoria das condições de grupos sociais, mantendo-se porém a existência de divisões (não necessariamente as existentes)".<sup>16</sup>

A institucionalização de uma "mentalidade de crescimento", como estratégia aberta de legitimação, iria objetivamente antepor os Objetivos Nacionais Permanentes e Atuais definidos pelos militares às necessidades populares, alienando a participação popular no projeto de desenvolvimento, na medida em que o "Poder Econômico" da nação, tal como era definido pelo regime, cingia-se ao setor público juntamente com a empresa privada. Foi precisamente em torno dessa definição que surgiram divergências dentro das Forças Armadas no final dos anos 60 e no início dos 70, o que veio a afetar a intenção dos comandos de obter "o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável".

As Forças Armadas moviam-se dentro de um paradigma político ideológico que as levava a conceber o subdesenvolvimento como produto não apenas ou essencialmente da exploração capitalista, mas de insuficiente desenvolvimento capitalista. O desenvolvimento a ser alcançado devia ser "associado", devido a carências tecnológicas do país, à sua escassez de capital e às

---

16 Alexandre de S. C. Barros, "The Changing Role of the State in Brasil: the Technocratic-Military Alliance", 1976, mimeo., p.5.

deficiências gerenciais existentes. Devia ser também subalterno, em termos hemisféricos, por razões geopolíticas. A partir dessa ideologia, as Forças Armadas, com certa relutância, abriram mão de sua iniciativa em favor do complexo multinacional e associado. Em consequência, tiveram de pagar o preço de estarem no palco sem propriamente representarem o seu ato.

Como governo, as Forças Armadas se incumbiram de determinar, executar e controlar as políticas. Contudo, não interferiram na formulação dessas políticas, tarefa a cargo de civis, a não ser em áreas que tivessem implicações militares. "A despeito do papel crescente do Estado, as forças de mercado em sentido amplo determinam a alocação e a direção do desenvolvimento. As empresas estatais simplesmente respondem aos sinais do mercado"<sup>17</sup>.

A formulação de políticas resultava de um processo de seleção que abrangia a comunidade empresarial. Os grupos e setores relevantes estavam em condições de sugerir e articular suas opções por meio de diversos canais de comunicação, a exemplo dos próprios ministérios, das associações de classe, dos comandos militares etc<sup>18</sup>.

---

17 Werner Baer et al, "On State Capitalism in Brasil: Some New Issues and Questions", 1976, mimeo.

18 O conceito de "anéis de poder", cunhado por Cardoso, exprime bem essa realidade. Cf. Fernando Henrique Cardoso, *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, caps. V e VI, 1975. A situação levou Luiz Eulálio de Bueno Vidigal, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, a jactar-se de que os canais de comunicação diretos abertos pelos industriais entre a FIESP e o governo desembocam diretamente no ministro do Planejamento, no ministro-chefe do Gabinete Civil, no ministro da

No governo e como administradores, as Forças Armadas assumiram a promoção da economia, não como arquitetas do seu projeto, mas como planejadoras incompletas e em termos de execução. Tomaram a si o núcleo superior da atividade do Estado, mas não necessariamente o núcleo central ou mesmo as pastas governamentais cruciais. Vale assinalar que uma área do Ministério que se poderia supor estar completamente ocupada por militares, em vista de suas premissas metodológicas e seu discurso, seria o setor de planejamento. No entanto, o Ministério do Planejamento tem sido ocupado até hoje por tecno-empresários de alto nível, mantendo-se como área estritamente civil.

O planejamento estatal tem servido prioritariamente ao propósito de mobilizar poupança e canalizá-la para pontos potenciais de estrangulamento, financeiros e industriais, ao mesmo tempo que se incrementa a montagem de uma política macroeconômica, em função dos interesses empresariais domésticos e multinacionais; estes necessitam do planejamento público para garantir a vitalidade do

---

Aeronáutica, no ministro da Indústria e Comércio, no vice-presidente da República, no secretário particular do Presidente, no ministro dos Transportes, no ministro-chefe do SNI, no chefe do Gabinete Militar, no ministro da Fazenda, nos secretários-gerais dos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Conselho de Desenvolvimento Industrial, no presidente do Banco Central e no diretor da CACEX (Carteira de Comércio Exterior) do Banco do Brasil. "Nós podemos fazer contacto em qualquer momento", disse Vidigal, "quando algum assunto assim o exige. Esse diálogo, permanente e direto, auxiliará o país. Poderemos participar das decisões e dar sugestões que consideramos fundamentais". *Jornal do Brasil*, 16.11.1980.

setor privado. A presença de pessoal militar à testa do setor de planejamento, descomprometido com ou não cooptado por interesses civis privados, seria um risco que nem as indústrias de armamentos desejariam correr, face à possibilidade de que esses militares introduzissem novos critérios de racionalidade e procurassem repolitizar a doutrina de Segurança e Desenvolvimento, ou seja, problematizassem, tematizassem e questionassem sua sobre determinação. A outra opção, de cooptar as personalidades militares encarregadas do planejamento, acarretaria um desgastante esforço de intromissão.

Com a primeira opção, o planejamento seria revelado naquilo que tem efetivamente sido: não somente planejamento incompleto, mas também a ausência de planejamento nacional, isto é, a falta de consideração das necessidades e direitos da população em geral. Seria cada vez mais estranho, para dizer o mínimo, para certos setores de opinião no interior das Forças Armadas, que o que se supunha ser um esforço geral (através do planejamento nacional) para desenvolver a nação pudesse ser reduzido ou prejudicado pelo comportamento particularístico tanto do pessoal técnico quanto de companhias privadas, locais e transnacionais. Se tratava de uma guerra contra a pobreza, o subdesenvolvimento, a miséria, a fome, a falta de teto e de educação, então deveriam ser empregados os instrumentos e as medidas de guerra — nacionalização, requisição de bens, direção nacional e centralizada da produção para cobrir necessidades etc. — em nome da segurança nacional e do

desenvolvimento.

Isso teria significado privilegiar o campo e a ação psicossociais, que na doutrina da ESG é uma entre quatro variáveis (as outras três sendo a econômica, a política e a militar) transformando-a em determinação máxima, que a tudo envolvesse. A ação psicossocial seria assim detecnificada, o que desnudaria o caráter solipsístico do planejamento corrente, pelo qual a única realidade importante é a elite em um vasto contexto nacional, no qual os instrumentos de produção (tanto os trabalhadores quanto o equipamento) devem ser conservados em estado de relativa eficácia, assegurada por supervisores competentes e capazes de manter relações adequadas com os serviços públicos e os fornecedores. Aí que se observavam áreas de conflito entre o governo militar e a instituição militar.

Desdobramentos posteriores, pelos quais se verificaram pressões militares para participar da fiscalização do planejamento nacional, e dessa forma alcançar certa parcela de influência nas áreas de decisão econômica, parecem ter levado a resistências suficientes para engrossar a campanha contra a estatização, lançada por setores empresariais no final dos anos 70.

As Forças Armadas não eram neófitas em face das complexidades da administração pública. Haviam tido participação importante na industrialização do país, seja treinando e preparando técnicos e administradores, seja como grupo de pressão para diferentes projetos e indústrias específicas, ou como legitimadoras de

anéis tecno-empresariais envolvidos na tomada de decisões sobre prioridades industriais.<sup>19</sup> Registrou-se também a presença de militares em importantes pastas ministeriais, na direção de autarquias e em postos elevados de um grande número de órgãos públicos<sup>20</sup>. A tendência para o aproveitamento de militares na administração pública foi nitidamente reforçada após 1964 e, por volta de 1979, 27,8% dos altos funcionários do Estado (administração direta, empresas estatais e sistema autárquico) eram militares<sup>21</sup>.

A presença direta de militares na gestão de empresas públicas, bem como sua estreita relação com um amplo espectro de interesses empresariais — tanto em termos de complexo empresarial-militar quanto no tocante à indústria bélica — afastava quaisquer suposições que porventura persistissem sobre o isolamento dos militares em face dos setores civis. Se esse quadro de relações existia já antes de 1964, foi sem dúvida reforçada após o golpe e acentuou-se desde o início da década de 70.

Mesmo contribuindo para estimular clivagens e correntes de opinião, tal situação não veio dividir os militares segundo linhas que se poderia razoavelmente prever, do tipo nacionalista/associacionista,

---

19 Sobre esse ponto, ver René A. Dreifuss, *op. cit.*, cap. III.

20 Entre esses órgãos, mencionem-se o Ministério da Viação e Obras Públicas, o Departamento de Correios e Telégrafos, a Comissão de Marinha Mercante, a Estrada de Ferro Leopoldina, a PETROBRÁS, o Conselho Nacional de Petróleo, a Companhia Siderúrgica Nacional, o Departamento de Aviação Civil, a Comissão Nacional de Energia Nuclear, o Conselho Nacional de Pesquisas.

21 Walder de Goes, O Estado de S. Paulo, 25.11.1979.

estadista / privatista etc. Se divergências havia, elas se davam primordialmente em torno de subsistemas da instituição, do tipo segurança-informações versus profissionais.

O que parece ser um fato novo é o aparecimento de contradições entre os militares como administradores públicos e os que são recrutados para a direção de empresas privadas, muitas destas subsidiárias de grupos multinacionais. Outra tendência, incipiente mas não menos problemática, refere-se à expectativa de escalões inferiores e intermediários sobre a postura da corporação diante dos crescentes problemas econômicos, tendência essa que exprime uma visão cada vez mais crítica do próprio modelo.<sup>22</sup> Nesse sentido, alternativas importantes são discutidas: desenvolvimento nacional ou crescimento multinacional, desenvolvimento industrial ou acumulação financeira, desenvolvimento socialmente orientado ou economicamente orientado etc .

As normas e valores da hierarquia militar revelaram-se bastante inadequadas para resolver divergências políticas e ideológicas da oficialidade. Assim, a par da expansão de papéis político-ideológicos, a instituição militar encaminhou-se no rumo de uma ampla reformulação organizacional. Tratava-se de superar os

---

22 Contudo, a crença em um *ethos* organizacional como princípio orientador da ação política contribui para evitar divisões profundas. Esse fator descarta o exercício do poder por facções de qualquer orientação ideológica. Somente a ação subsistência (informações, segurança) teve campo para se desenvolver, embora de forma impessoal, sob risco de romper a unidade da corporação.

entraves, antes diagnosticados, à realização de seus objetivos. Desde logo medidas foram adotadas para garantir maior autonomia à instituição, por meio de legislação específica — o Estatuto dos Militares, introduzido no governo Castello Branco que regulamentava a carreira militar, as normas de promoção, as condições de exercício de funções civis, as manifestações públicas de oficiais, inclusive destinadas ao "público interno", e assim por diante.

Questão da maior importância, a das divisões políticas dentro da corporação, foi enfrentada por uma ação sistemática de despolitização, vale dizer, supressão do envolvimento de militares dos escalões intermediários em questões políticas ao lado de civis. Essa despolitização visava a impor como orientação homogênea aquela que correspondia às opções do grupo que controlava política e ideologicamente a instituição, vedado o debate em torno de suas posições. Instrumento estratégico dessa unificação era o projeto de criação do Ministério da Defesa, englobando as três Forças sob direção política única. A ideia, porém, não prosperou. Sua inviabilidade é indicativa da permanência de divisões internas, observáveis desde os conflitos que emergiram no período Castello Branco (promotor do projeto) até divergências recentes entre setores das três Armas.

Outra questão fundamental, encaminhada após 1964, era a maximização do potencial militar. As Forças Armadas foram modernizadas, tornando-se mais consistente esse processo pela implantação da indústria bélica. Ao mesmo tempo foram ativadas

indústrias de interesse estratégico, como a nuclear. Estruturava-se assim o que temos designado por complexo industrial-militar. Essa orientação receberia grande impulso após a denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, medida adotada pelo governo Geisel em março de 1977, a partir da qual reverteu-se o absoluto comprometimento do Brasil com a indústria bélica norte-americana e consolidou-se uma política de independência nacional nesse terreno, a qual se concretizava numa faixa própria de atuação que limitava a dependência ao campo da tecnologia de ponta.

Em menos de dez anos, aponta Clóvis Brigagão,<sup>23</sup> um sistema militar superado tornou-se um complexo industrial-militar situado entre os quinze maiores do mundo em termos de capacidade produtiva, de desenvolvimento tecnológico e de exportações. Existem aproximadamente 350 empresas — estatais, nacionais privadas e multinacionais — envolvidas direta ou indiretamente na produção de material bélico, empregando cerca de 150 000 pessoas, formando um setor que movimenta em torno de 5 bilhões de dólares e cujo total de vendas, em 1980-81, atingiu 1,5 bilhões de dólares, segundo fontes que geralmente subestimam tais vendas. Em fins de 1981, uma publicação especializada assinalava que "o Brasil tem a indústria de armamentos maior e tecnicamente mais avançada do Terceiro Mundo. Está em permanente expansão e sem dúvida

---

23 Clóvis Brigagão, "A Corrida Armamentista Mundial", *Jornal de Brasil*, 23.5.1982.



propõe-se a se converter no principal exportador de armas dentro de pouco tempo. Aproximadamente 40% do parque militar brasileiro são produzidos no país, em grande parte sob licença, mas com proporção sempre crescente de armas concebidas e desenhadas no país".<sup>24</sup>

Esse ambicioso empreendimento surgiu, em sua forma industrial moderna, dos Planos de Reaparelhamento das Forças Armadas, traçados nos anos 60 como resultado da associação das Forças Armadas com grupos industriais, esses através dos Grupos de Mobilização Industrial,<sup>25</sup> empresas estatais e corporações multinacionais. Utilizando-se a capacidade ociosa de indústrias civis, durante o período Castelo Branco, as Forças Armadas seriam supridas com material produzido nessas fábricas, ao passo que

---

24 *Armies of the World*, Londres, 1981, cit. pelo *Jornal do Brasil*, 12.11.1981.

25 O Grupo Permanente de Mobilização Industrial tem promovido uma política consistente de desenvolvimento técnico de forma que o setor privado, subsidiado sob a cobertura institucional da IMBEL, produza, mantenha, repare e exporte material bélico. O GPMI encara seu papel como uma missão: desenvolver a estratégia do país juntamente com as Forças Armadas. Uma missão em termos de Segurança Nacional. Clóvis Brigagão, "Military Research and Development in Brazil: an Evaluation", 1981, mimeo, pp. 23-24. Em conferência na Escola Superior de Guerra, quando o conflito das Malvinas punha na ordem do dia a questão da capacidade militar do país, o ministro do Planejamento, Delfim Neto, ressaltou a importância da mobilização industrial; "Um país só pode se sentir forte se ele dispuser de capacidade de se mobilizar industrialmente, em caso de necessidade. Não adiante importar armamentos e depois ficar na dependência externa de fornecimento de munição ou peças de reposição". Folha de S. Paulo, 3.6.1982.

alternativas industriais, tecnológicas e financeiras foram criadas para erigir uma indústria bélica nacional, capaz de competir no mercado internacional na faixa de tecnologia intermediária.

Aos poucos o setor foi sendo implantado, com o apoio de universidades no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, bem como de centros e institutos de pesquisas como o Centro Técnico Aeroespacial, o Instituto Militar de Engenharia (do Exército) e o Instituto de Pesquisas da Marinha. Acrescia a isso o suporte de agências financeiras do governo, o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e bancos regionais de fomento.<sup>26</sup>

O complexo industrial-bélico se assenta num tripé composto pela EMBRAER (Empresa Brasileira de Aeronáutica), que foi a pioneira, pela IMBEL (Indústria Brasileira de Material Bélico) e pela ENGEPRON (Empresa Gerencial de Projetos Navais). As três

---

26 O complexo industrial-militar apóia-se numa rede de órgãos de pesquisa e desenvolvimento de caráter militar. O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) possui uma agência coordenadora denominada Sub-chefia de Assuntos Tecnológicos, cujo dirigente faz parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O Exército, por sua parte, inclui em sua estrutura o Departamento de Ensino e Pesquisa, que controla o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento e o Centro de Testes de Mísseis de Marambaia. Quanto à Força Aérea, o seu Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento é o principal centro responsável por todo o conjunto de pesquisa e desenvolvimento do Centro Técnico Aeroespacial, composto de seis grandes centros, institutos e comissões. Na Marinha, a política de pesquisa e desenvolvimento é conduzida pelo Alto-Comando e seus órgãos principais, como a Diretoria de Eletrônica e Comunicações e o Instituto de Pesquisas da Marinha. Cf. Clóvis Brigagão, op. cit., pp. 22-23.

empresas funcionam como holdings dos setores industriais mantidos pelas três Armas. Assim, à IMBEL, criada em 1975, foram transferidas as fábricas de material bélico antes mantidas diretamente pelo Exército: Andaraí, Estrela e Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Comunicações (no Rio de Janeiro), Piquete (em São Paulo), Juiz de Fora e Itajubá (em Minas Gerais). Da mesma forma, a ENGEPRON, criada em junho de 1982, passou a reunir o Arsenal de Marinha, a Fábrica de Artilharia e o Centro de Munição da Marinha, sediados no Rio de Janeiro.

Convém assinalar que se verifica uma divisão do trabalho entre as três Armas, divisão que define as preocupações de cada uma e que modela seus respectivos pesos político-militares. Assim, a Força Aérea se volta para os mísseis, sistemas teleguiados, projetos de aviões de reconhecimento tático e conversíveis para operações de guerra em cenários limitados, mas não desenvolve projetos tecnologicamente mais ambiciosos ou de uso aeronaval, a exemplo do modelo Skyhawk. A Marinha se dedica aos sistemas eletrônicos — computação e comunicação — e dessa ênfase surgiu a indústria nacional de computadores. E o Exército, a equipamentos de guerra convencional (blindados e outros veículos, armas e equipamentos de uso pessoal, material de artilharia).

A criação dessas empresas estatais significou um passo fundamental no sentido de desenvolver a indústria militar brasileira. Por um lado, visava à modernização da estrutura preexistente, ou seja, as diversas fábricas de material bélico, algumas bastante antigas,

pertencentes às três Armas. Essa estrutura passou a ser coordenada segundo uma política que dá ênfase à transferência de tecnologia e à nacionalização de equipamentos. Dessa política, por sinal, derivam problemas na definição do que é "empresa nacional" (seria caracterizada pelo domínio da tecnologia, pela composição do capital, pela composição da direção, pela área de atuação, pelos recursos humanos empregados ?), cujo foco candente tem sido a área da informática. Por outro lado, a criação da EMBRAER, da IMBEL e da ENGEPRON visava ao fortalecimento da indústria bélica como um todo, cuja maior parcela é de propriedade privada, através de assistência técnica e financeira, de estímulo à pesquisa e desenvolvimento, bem como de subsídios sob a forma de estudos, projetos e serviços contratados.

Desse processo decorre a constituição do que se poderia chamar de "complexo empresarial-militar", uma articulação de interesses da corpo razão militar e de uma vasta rede de empresários privados, rede essa que os Grupos de Mobilização Industrial procuram articular, envolvendo fabricantes de armamentos como tais e fabricantes de componentes específicos para a montagem de armamentos.<sup>27</sup> Um episódio recente ilustra a consolidação desse

---

27 A horizontalização da indústria militar brasileira, isto é, o aproveitamento de componentes fornecidos pelas mais variadas indústrias, é mencionada como fator básico da sua competitividade no mercado internacional. Caso interessante é o da Vigorelli, tradicional fabricante de máquinas de costura, cuja participação no setor bélico como fornecedora de equipamentos de pontaria para canhões veio à tona em virtude da crise

complexo: a nomeação, para dirigir a IMBEL, do engenheiro José Luiz Whitaker Ribeiro, um civil, que é também presidente da ENGESA (Engenheiros Especializados S.A.), empresa privada nacional que detém metade do mercado mundial de blindados leves. Dirigida desde sua criação por generais em fim de carreira, a IMBEL guardava certo caráter de repartição pública, com prejuízos cobertos pelo Exército, seu principal acionista. A nomeação de Whitaker Ribeiro, segundo fontes militares, destinava-se a limitar os vínculos da IMBEL com o Exército e assim fazê-la funcionar como uma empresa privada, voltada para a exportação.<sup>28</sup> Ao tomar posse, Whitaker Ribeiro declarou ser função precípua da empresa o auxílio à indústria bélica privada, objetivo também destacado pelo ministro do Exército, General Walter Pires, que reiterou em seu discurso as intenções que levaram à criação da empresa.<sup>29</sup>

Uma vez implantada a estrutura básica, o Brasil duplicou, entre 1974 e 1980, seus gastos com a defesa, diminuindo ao mesmo tempo suas importações nessa área para 4,5% do total. Foi também desenvolvida uma política agressiva de vendas de armamentos, que assume importância no contexto da política externa, especialmente

---

financeira da empresa Cf. Roberto Pereira, "As Crises em meio à Euforia", *Folha de S. Paulo*, 7.6.1982, p. 10. Outro caso exemplar é o da D. F. Vasconcelos, conceituada indústria de instrumentos óticos de alta precisão, que fornece componentes vitais tanto para as Forças Armadas brasileiras quanto para as de outros países.

<sup>28</sup> *Jornal do Brasil*, 22.10.1982, p. 21.

<sup>29</sup> *Folha de S. Paulo*, 28.10.1982.

com relação à Ásia e à África. A presença da indústria bélica brasileira se amplia no mercado internacional, fortemente subsidiada pelo Estado e ajudada pela Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM), executada a partir do Conselho de Segurança Nacional e organismos como a CACEX. No que se refere à derrianda interna, os gastos militares giram em torno de 12% do orçamento federal<sup>30</sup>.

Ainda a ser destacada entre as grandes iniciativas da fase pós-1964 foi a criação de um moderno sistema de informações.

A "comunidade de informações" surgiu como um desdobramento da instituição militar. Elas se bifurcaram. A comunidade tornou-se estrutura auto-suficiente, embora funcionando à sobre das Forças Armadas<sup>31</sup>.

A constituição do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 1964, pode ser vista como inovação-chave dentro desse processo. O SNI combinava as funções de uma agência central de informações com as de um órgão assessor para formulação de políticas nacionais. Seu fundador e primeiro chefe foi o general Golbery do Couto e Silva, que se cercava de um grupo bem articulado de oficiais, composto, entre outros, do general Ernesto Geisel (à época chefe da Casa Militar da Presidência), dos coronéis João Batista Figueiredo e

---

<sup>30</sup> Clóvis Brigagão, "A Corrida Armamentista Mundial", *Jornal de BrasflÜ1*, 23.5.82, p.12.

<sup>31</sup> Sobre esse ponto, ver René A. Dreifuss, *op. cit.*, cap. IX e X; e Alexandre de Souza Barros, *op. cit.*, pp. 210-217.

Ivan Perdigão, dos tenentes-coronéis Danilo Venturini e Octavio Medeiros, do major Newton Cruz e do capitão Heitor Ferreira.

O SNI se propôs a ser — e o conseguiu — um centro de influência crucial na formulação de políticas em cada área da vida social, política e militar do país, tomando-se o esteio político das Forças Armadas. Foi estabelecida uma rede de informações nos ministérios, nas autarquias e nas agências administrativas do governo, bem como na área militar, no movimento sindical, no movimento estudantil e em outros segmentos selecionados da população, transformando o Serviço em um superministério, intocado e intocável pelos Poderes Legislativo e Judiciário e não responsável perante as Forças Armadas.

Quando de sua criação, o SNI serviu para se antecipar a algumas das funções do Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligência (SFICI), que funcionara até então como um embrião de um órgão central de informações. A necessidade de uma instituição capaz de concorrer com o SFICI tomou-se aguda, não apenas porque este último era um produto do regime' deposto, mas sobretudo porque o general Costa e Silva, o novo ministro da Guerra, havia indicado um de seus homens, o coronel Jayme Portella, para a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, com supervisão sobre o SFICI, procurando estabelecer aí uma base de apoio.<sup>32</sup>

---

32 Substituído nessa função quando o general Ernesto Geisel assumiu a chefia da Casa Militar do presidente Castello Branco, Portella foi

A médio e longo prazos, um órgão central de informações era requerido pela opinião militar no sentido de assumir um papel-chave na implementação da doutrina de Segurança Nacional disseminada pela ESG. Além disso, a comunidade de informações poderia preencher atributos políticos que as Forças Armadas, com sua natural rigidez, não possuíam. O comportamento institucional, a hierarquia e as normas corporativas não dotavam as Forças Armadas do nível adequado de flexibilidade para que elas se envolvessem enquanto tais na política. Ademais, esse envolvimento, quando se verificou, reforçava as posições dos extremistas de direita — a "linha-dura"<sup>33</sup> — porque a ação militar eficiente em assuntos não-militares demandava a manutenção ou o aprofundamento dos aspectos de confrontação "militar" do sistema político, em contraste com os aspectos que se poderia designar como "políticos" e que comportam a negociação e o compromisso. O sistema de informações, desse modo, poderia sobrepor-se à rigidez das Forças Armadas, sem recorrer a ações extremistas, sem fortalecer as correntes de direita e, talvez mais

---

encarregado por Costa e Silva de chefiar o seu Gabinete em Brasília. O ministro determinou-lhe logo que "lhe apresentasse, quanto antes, um plano para substituição de todos os comandos situados nas diferentes guarnições do interior do país e de oficiais superiores comprometidos com o governo deposto". Jayme Portella de Mello, *A Revolução e o Governo Costa e Silva*, Rio de Janeiro, 1979, p. 214. As medidas de Costa e Silva iriam colocá-lo eventualmente em rota de colisão com o grupo castelista que controlava o núcleo do poder.

33 A expressão "linha dura" não seria a mais apropriada para designar este fenômeno porque sugere uma constante, tanto em termos de adeptos quanto de objetivos.

importante a longo prazo, sem permitir que facções nacionalistas dissidentes das Forças Armadas ganhassem espaço na condução da economia e do sistema político.

Finalmente, o SNI poderia funcionar mesmo depois que as Forças Armadas se desengajassem da intervenção ostensiva e "retomassem" aos quartéis. Paralelo à vida partidária regular, manteria inclusive o andamento da política na ausência de partidos, ou num quadro político de partidos frágeis. O SNI, de fato, poderia atuar como um partido político, talvez o único órgão militar capaz de fazê-lo, funcionando como um foco de apoio e de informação para o regime e, ao mesmo tempo, como um agente de manipulação do sistema político.

Ao lado da criação do SNI e da expansão do que pode ser chamado de "comunidade de informações e segurança", outro corpo político e normativo adquiriu extraordinária projeção. Referimo-nos ao Conselho de Segurança Nacional e à sua Secretaria-Geral.<sup>34</sup>

De acordo com Walder de Goes, "é deste órgão que emanam as principais opções estratégicas do Estado e é em seu âmbito que as burocracias civil e militar se articulam, produzindo orientações consensuais. Seu funcionamento é secreto, as informações que ele manipula são produzidas pelo Estado e não existe nenhum tipo de representação do empresariado ou de quaisquer outros setores da

---

34 Sobre o assunto, v. Walder de Goes, *O Brasil do General Geisel*, Rio de Janeiro, 1978, espec. pp. 32-42.

sociedade civil. (...) No próprio Conselho de Segurança, o poder é dividido em fatias servidas a tecnocratas e militares, consensualmente, conforme as informações que uns e outros controlam e conforme as diferentes áreas de interesse sejam consideradas prioritárias mais para uns do que para outros. (...) A política de informática, por exemplo, totalmente formulada pelo CSN, é de domínio exclusivo dos militares. Eles monopolizam a produção e métodos. Na realidade tratava-se de tendências de opinião variadas, reunidas circunstancialmente em torno de chefias "duras". Estas tendências e articulações eram cambiantes e renováveis em termos de gerações, em contínua reformulação e reaglutinação política e recomposição organizacional e informações sobre o assunto e beneficiam-se do entendimento, consensual no Estado, de que lhes cabe a gerência de todas as questões — como a informática — diretamente pertinentes aos interesses da segurança nacional, *stricto sensu*" (grifos no original).<sup>35</sup> Ainda segundo W. de Goes, a formulação de diretrizes de política externa é outra área de ação e preocupação do CSN. Diretrizes de política externa relacionadas a questões de energia, especialmente a questão nuclear, são fixadas pelo secretariado-geral do CSN.

É interessante notar que a reformulação de atribuições do CSN,

---

35 Walder de Goes, "Empresários, Militares e Tecnocratas: Colaboração ou Confronto?", trabalho apresentado no 5º. Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Nova Friburgo, 1981, pp. 8-12.

que se deu nos últimos meses, abre a perspectiva para este órgão servir de canal alternativo da articulação e informação políticas numa região sensível como é a do Norte/Nordeste, e num setor conflitivo como é o fundiário através da criação de "Ministério da Terra", quebrando o monopólio partidário e as possíveis cobranças políticas ao governo por parte das seções regionais do PDS.

### **As Forças Armadas no processo de abertura política**

O processo de abertura, iniciado com a supressão do Ato Institucional nº5, resulta em parte da síndrome de tensão-pressão, ao mesmo tempo que a reproduz em novo contexto.

A abertura pode ser vista como resultante da síndrome na medida em que as Forças Armadas foram percebendo a impossibilidade de continuar a desempenhar a multiplicidade de papéis — notadamente na administração do Estado — que haviam assumido, em uma sociedade complexa e problemática que elas próprias ajudaram a modelar. O impacto da recepção incompleta de papéis sobre a instituição exacerbou a disfuncionalidade do processo. Entre outros aspectos, o velho problema da autonomia da instituição foi agravado, embora sob outra forma: o nítido engajamento das Forças Armadas com seus aliados preferenciais, sobretudo o bloco empresarial, opunha-se à imagem nacional da instituição, acima dos interesses particulares. Mesmo considerando que esse engajamento se dava a partir de uma posição de força, a percepção interna à instituição era a de que para a grande maioria da população — os

outsiders do sistema — esse relacionamento era discutível e levava a formar uma imagem diversa daquela que os militares desejavam projetar. Essa tensão interna em torno da questão da autonomia era avivada pela existência de pressões cruzadas, seja das parcelas identificadas com o complexo empresarial-militar, seja da "linha dura" isolacionista, seja, enfim, dos setores não alinhados com estas posições.

A abertura oferece às Forças Armadas uma perspectiva de solução desses problemas. Entretanto, ela realimenta a síndrome de tensão-pressão no sentido de que, se há um movimento interno para confinar-se ao desempenho dos papéis legítimos da instituição, há ao mesmo tempo a pressão dos setores que não concordam com essa demissão, a ela resistindo de várias formas. Examinemos esse ponto por um momento.

O crescimento desmesurado da área de segurança e informações, em virtude dos papéis assumidos pelas Forças Armadas enquanto guardiãs da ordem, administradoras do Estado e governo da nação, introjetou a síndrome de tensão-pressão na própria corporação. Isso ocorreu, em boa medida, por causa da autonomia de ação e decisão lograda pela área de segurança e informações, cujos resultados podem ser medidos pela frase lapidar "eu criei um monstro", atribuída ao general Golbery do Couto e Silva, idealizador do SNL. É precisamente na tentativa de enfrentar as distorções geradas ao longo de um processo de acentuado envolvimento no universo político que se configura o esforço de certos setores, tendo à

frente os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, para desencadear uma grande manobra social de abertura do sistema, com o objetivo último de institucionalizá-lo. Por conseguinte, pode-se discernir dois grandes eixos em contraposição, um deles encastelado nas zonas de penumbra de segurança e informações, e outro, que se lhe opõe, atuando à luz do dia e procurando iluminar os pontos de atrito. Para tanto, esse último procura uma base de apoio na sociedade civil, bem como correias de transmissão confiáveis nos quadros político-partidários.<sup>36</sup> Busca uma caixa de ressonância social que produza um efeito de demonstração no meio militar. Nessa perspectiva, a sociedade, suas demandas já articuladas e seus anseios legítimos seriam aproveitados para a manobra de isolamento da estrutura radical à direita do espectro político, localizada no bunker ideológico. É justamente aí, no atrito desses dois eixos, que se recria a síndrome de tensão-pressão.

Retomando o curso do nosso argumento, as Forças Armadas, no plano político-ideológico, têm como necessidade preliminar a redefinição de seus papéis e funções num sistema predominantemente civil e crescentemente pluralista. Trata-se de estabelecer um roteiro de desengajamento dos papéis incompletamente assumidos e de reencontrar-se nas funções consideradas legítimas, velhas e novas.

---

36 O exemplo mais expressivo é dado pela atuação desenvolvida pelo Senador Petrônio Portella no encaminhamento da abertura, em estreita conexão com os Generais Geisel e Golbery.

Além dessa definição, as Forças Armadas estão em face do problema de legitimar esses papéis e funções perante a sociedade. A perspectiva colocada pelo processo de abertura é exatamente a da responsabilidade (accountability) do Estado em face da sociedade. Aumenta a visibilidade do que ocorre na esfera estatal; as decisões são objeto de debate e crítica. No tocante a esse aspecto da legitimação, uma definição básica a ser promovida pelas Forças Armadas consiste em optar por um de dois caminhos: ou elas se afirmam como uma instituição da sociedade, nos termos de sua retórica cívica tradicional, mas implicando profundas conseqüências práticas, ou elas se reconhecem como instituição na sociedade, ao lado de outras (a Igreja Católica, por exemplo), o que corresponderia à sua ação pós-1964, fonte, como vimos, de tensão-pressão internamente e de turbulência no sistema político, em virtude da tendência à intervenção.

Passando agora ao nível organizacional, constata-se desde logo que os entraves à eficiência da instituição militar enquanto organização profissional, aos quais fizemos referência na primeira parte, persistem, embora sob nova roupagem. Oficiais têm sido prestigiados ou punidos de acordo com critérios político-ideológicos, não mais à revelia da instituição, mas com frequência à revelia de padrões profissionais ou de mérito. Mais ainda, verifica-se a tendência, por parte da própria cúpula militar, de fixar critérios de promoção acentuadamente burocratizantes, com o fito de estimular atitudes de conformismo da oficialidade à sua política. Dessa forma,

cerceiam-se a inovação e a criatividade, atributos desejáveis de um oficial graduado, e reforçam-se vícios ideologizantes e burocratizantes. A implicação é que continua distante o objetivo histórico, almejado por gerações de militares brasileiros, de profissionalização criativa e dinâmica de sua corporação.<sup>37</sup>

No plano interno, o problema maior que se coloca agora para a instituição militar é o de definir e legitimar seus papéis e funções no âmbito da corporação (os "públicos internos") e no campo mais geral do Estado. As Forças Armadas se modernizaram rápida e eficientemente; contudo, dado que o país não enfrenta ameaças de caráter militar, emerge a questão do objetivo desse potencial. À falta do inimigo interno dos anos 60 e 70, qual seria esse objetivo? Sustentar a projeção da nação, pelo poderio bélico?

Certamente a variável MCI (Movimento Comunista Internacional), invocada por alguns setores militares como ameaça permanente que se exprime em termos de cenários hipotéticos, tanto em termos de um confronto Leste-Oeste quanto de seus desdobramentos internos (guerrilha, terrorismo) ou de combinação das duas, não tem muitas condições políticas de se perpetuar, a não ser por provocação imediata. Mas, mesmo no caso de permanecer como variável determinante, não poderá ser a única, haja vista o

---

37 Casos veiculados pela imprensa ilustram essa postura. Dois deles, por se referirem a personalidades militares conhecidas, ganharam destaque: os episódios de eliminação dos Generais Andrada Serpa e Octavio Costa do serviço ativo. Oficiais de opiniões diferentes, tinham em comum a iniciativa e a independência que lhes foram fatais.

conflito das Malvinas, que revelou de forma imprevista e contundente a possibilidade de confrontos entre aliados ou participantes de um mesmo consenso global estratégico. Esse mesmo episódio, por outro lado, iluminou de forma dramática a incapacidade técnica, logística e profissional de Forças Armadas, como as da Argentina, condicionadas ao longo de anos para a luta no front interno.

Além disso, a dramática situação social do país, ao lado de problemas candentes derivados do modelo econômico, poderão suscitar em vários níveis do universo militar preocupações de outra ordem, cujo foco de referência será aquele do encaminhamento dessas questões, redefinindo-se opções e prioridades. Sob esse aspecto, são ilustrativas certas observações recentes do general Andrada Serpa, segundo o qual o problema brasileiro é muito mais que um problema de dificuldades econômico-financeiras, sendo sobretudo de natureza sócio-cultural e política: "Sócio-cultural porque o povo brasileiro é o mais espoliado externamente e o mais sangrado internamente, e a classe política dirigente, à qual pertença, é a mais hipócrita, insensível e incompetente que se pode encontrar numa nação, o que impede o Brasil de retomar os seus destinos". Para o general Serpa, "qualquer rumo de redenção da atual situação do Brasil só será encontrado pelo governo que tiver a coragem de enfrentar os banqueiros e as multinacionais e procurar construir um projeto nacional, de médio prazo ... que seja uma alternativa válida de assegurar a independência energética e tecnológica do país,



rejeitando as exportações com transferência de renda e trabalho nacionais e deixando de emitir papéis sem lastro que, aliado aos lobbies complexos da economia, discriminam a economia brasileira".<sup>38</sup>

O preciso papel das Forças Armadas no processo de abertura é ponto a ser debatido. Observamos o seu desengajamento de certas tarefas e sua reintegração às suas funções legítimas. A evoluir essa tendência, teríamos algo como uma postura arbitral por parte da instituição militar, regulando de forma não ostensiva o jogo sócio-político, de acordo com regras previamente estabelecidas. Uma qualificação indispensável a essa imagem, todavia, tem a ver com o fato de que o código de regras do jogo não se acha claramente definido. As regras estão em fase de definição, de forma algo empírica, e há a expectativa de que deverão consolidar-se numa mudança constitucional. Esse processo de fixação das regras é condicionado de diversas maneiras pelas Forças Armadas, inclusive por sua margem de influência sobre o governo. Pode-se especular, ao lado disso, sobre sua atitude em face da sucessão presidencial de 1985, bem como de uma futura Assembléia Constituinte, externando posições em ambos os casos e afirmando limites não negociáveis para as regras do jogo.<sup>39</sup>

---

38 *A Tarde* (Salvador), 19.10.1982, p. 3.

39 Uma possibilidade é a do retorno ao regime parlamentar, apesar da preferência tradicional dos militares por um presidencialismo forte. Nesse caso, haveria um Presidente, Chefe do Estado e estabilizador da ordem, e

A função de arbitragem certamente supõe focos potenciais de atrito dentro da instituição, o que confere atualidade à ideia da síndrome de tensão-pressão. Entre esses focos, indiquem-se o relacionamento com a comunidade de informações, a questão do orçamento militar, a presença de militares na área empresarial, a postura perante setores políticos tidos como antagônicos. Ilustração disso é dada pelo entrevero ocorrido no Superior Tribunal Militar, em 1981, em torno do inquérito do Riocentro<sup>40</sup>, e aparentemente pelos distúrbios verificados na apuração dos votos do pleito de 1982, no Rio de Janeiro.

Mais ainda, se a arbitragem se contém dentro dos marcos da ordem vigente, a própria garantia dada pelos militares à reprodução dessa ordem implica uma parcialidade em favor de grupos que ela privilegia. Assim, por mais discreta e hábil que seja a arbitragem, ela deixará de ser vista como efetivamente neutra, nacional. Emerge disso o problema da legitimidade de que tratamos.

Dado que o processo de abertura oferece perspectivas para solucionar tais contradições, a solução mais ampla terá de passar por

---

um Primeiro-Ministro, Chefe do Governo e cabeça da administração pública.

40 Quando do julgamento do processo referente à tentativa de atentado a bomba no Riocentro, o Ministro Júlio de Sá Bierrenbach, da Marinha, adotou a postura de árbitro diante dos autos. O fato de Ministros pertencentes ao Exército tomarem essa neutralidade como ofensiva à sua Arma significou um endosso a um inquérito promovido *intra-murol*, cujo resultado foi interpretado como parcial pela opinião pública. A atitude de neutralidade de Bierrenbach não foi assimilada, caracterizando-se então a parcialidade de seus colegas.

uma discussão interna sobre a posição das Forças Armadas diante do Estado e da sociedade. Sobre a alternativa de ser uma instituição da sociedade, como sublinhamos, de conciliar-se com as demandas da cidadania, de conviver com a oposição. Tanto mais quando, nas eleições de 1982, oficiais candidataram-se por partidos de oposição e, examinando-se os resultados eleitorais, tudo indica que parte dos militares deu seu voto à oposição.<sup>41</sup> Ser uma instituição da sociedade implica o reconhecimento da condição de cidadão do funcionário militar, portanto de seu legítimo direito de optar.

A condição para se alcançar essa definição é a abertura do diálogo com os diversos segmentos da sociedade, indo além dos aliados preferenciais de hoje. A intenção de promover esse diálogo, por sinal, foi revelada pelo general Alzir Benjamin Chaloub, comandante da Escola Superior de Guerra.<sup>42</sup> Segundo o general Chaloub, "a partir do próximo ano, a Escola Superior de Guerra começará a ter em seus quadros, na qualidade de debatedores, representantes dos sindicatos, empresários e banqueiros", porque a ESG "não dá primazia a nenhuma classe. (A ESG) é um laboratório de ideias, que, sem apontar soluções, deve estudar e analisar projetos econômicos e políticos para o país. (A ESG) deve estudar o exercício do poder". Dentro dessa perspectiva, de levar à Escola pessoas que "pensam diferentemente", como d. Paulo Evaristo Arns, cardeal-

---

41 Cf. coluna do jornalista Adirson de Barros no Jornal *Última Hora*, 19.11.82

42 Jornal do Brasil, 21.4.1982, p.5.

arcebispo de São Paulo, e o deputado Ulisses Guimarães, presidente nacional do PMDB, ó general Chaloub admitiu que pretendia convidar o presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio da Silva ("Lula"), como "um dos primeiros representantes autênticos dos trabalhadores, o primeiro que teve a coragem de se projetar".

Saberemos oportunamente se essas intenções serão transformadas em realidade ou se se mostrarão mero fogo-de-palha. Em todo caso, desse diálogo poderia resultar um incremento da legitimidade social das Forças Armadas. Contudo, a legitimação deve ser mútua, de mão dupla, o que significa que a participação dos diversos setores sociais na arena política deverá ser correspondentemente absorvida e reconhecida pelas Forças Armadas enquanto tais. Isso implica uma evolução, sem dúvida profunda, da forma prevalecente de política tecnicada de que os militares são participantes privilegiados — para uma política efetivamente pública.

Como conclusão, pode-se sugerir que a superação da síndrome de tensão-pressão reside em dois processos interligados: de um lado, o estabelecimento de uma ordem política aberta e participativa; de outro lado, a reintegração das Forças Armadas às funções definidas como legítimas, favorecendo a adoção de um padrão de comportamento profissional por parte dos militares.